



GOVERNO DE
ANGOLA

Ministério das Finanças

Relatório Anual da Contratação Pública Angolana **RACPA**

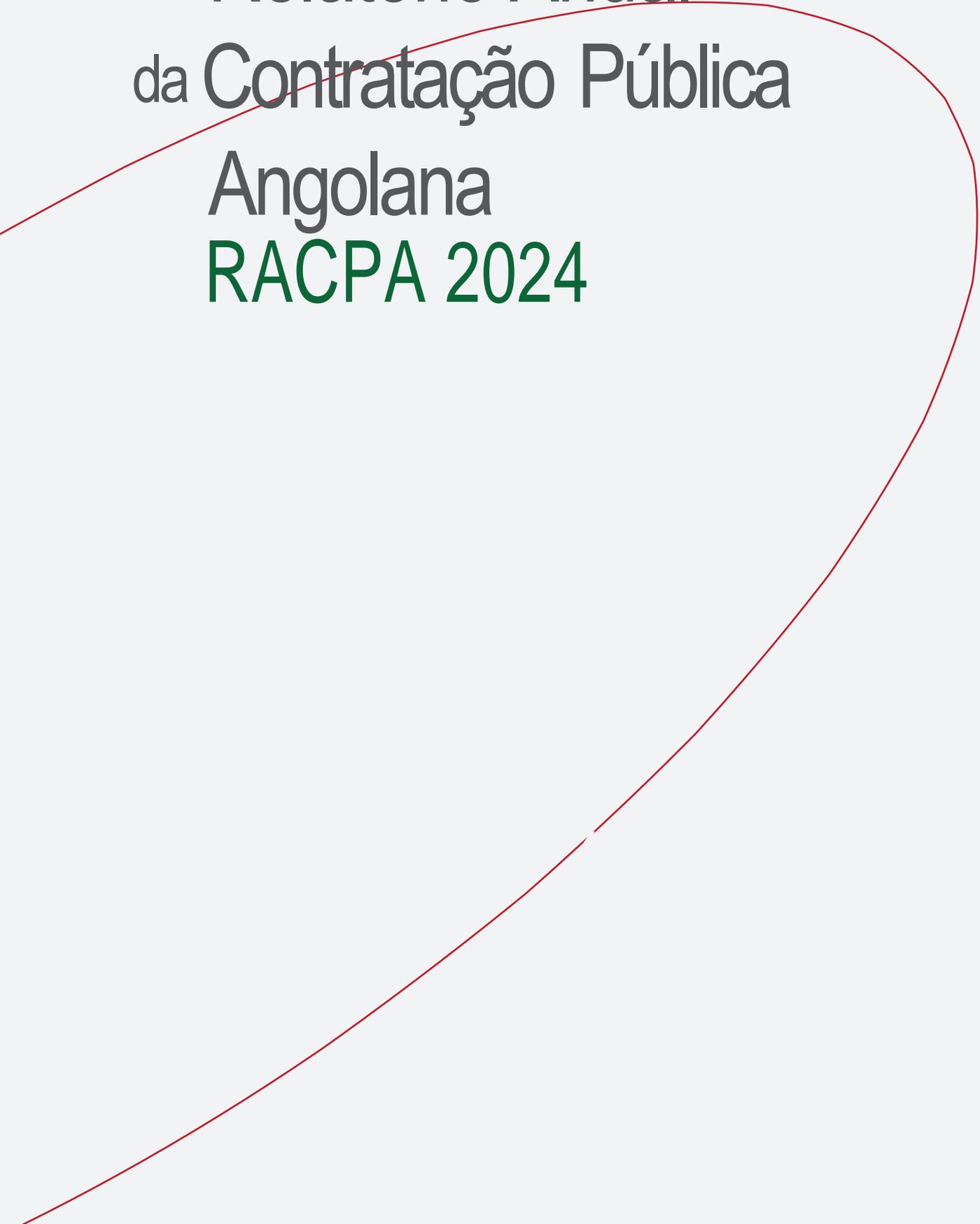


2024



Serviço Nacional da
Contratação Pública

Relatório Anual
da Contratação Pública
Angolana
RACPA 2024



Ficha Técnica

Título: Relatório Anual da Contratação Pública Angolana (RACPA) - 2024
Edição: Serviço Nacional da Contratação Pública (SNCP)
Coordenação: Osvaldo Tomé dos Santos Ngoloimwe, Director Geral do SNCP
Juciene Cristiano de Sousa, Secretária de Estado do Orçamento
Gabinete de Comunicação Institucional e Imagem (GCI)
Design e Paginação: Vera Daves de Sousa, Ministra das Finanças
Supervisão/SNCP: MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (MINFIN)
Direcção Institucional:

Serviço Nacional da Contratação Pública (SNCP)

Morada: Rua Kwamne N'krumah, 217 - 221, Edifício Metrópolis, 3º Andar, Maianga-Luanda, Caixa
Telefone: Postal n.º 6869
(+) 244 917 269 025 / 942 642 251
Email: Correspondencia.sncp@minfin.gov.ao
Site: www.compraspúblicas.minfin

RELATÓRIO ANUAL DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA ANGOLANA - RACPA

8.ª Edição/2024

ÍNDICE

ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	5
1. INTRODUÇÃO	7
2. INDICADORES GERAIS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	9
A) ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA EM ANGOLA	9
I. EVOLUÇÃO DO REGISTO DE PROCEDIMENTOS	9
II. PROCEDIMENTOS POR TIPO DE OBJECTO	11
III. PROCEDIMENTOS POR TIPOLOGIA	12
IV. CONCORRÊNCIA E CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO.....	15
V. POUPANÇA VERIFICADA NO PERÍODO	16
B) ENQUADRAMENTO NA DESPESA PÚBLICA.....	17
VI. VALOR TOTAL CABIMENTADO VS NÚMERO DE PCP COMUNICADOS.....	19
3. ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES DO SNCP	23
SNCP participa de Sessões de Training on Job no IMPIC e do 2.º Congresso sobre Contratos Públicos de Portugal	23
O SNCP Participa na 4ª Assembleia Geral da Rede Africana de Contratação Pública no Ruanda (Kigali)	24
8ª Edição da Semana da Contratação Pública	24
Workshop de Disseminação das Conclusões do Relatório de Avaliação do SNCP com MAPS II em Cabo Verde	26
4ª Edição do Concurso “Eu Conheço Contratação Pública.....	26
Aprovado o Plano Estratégico da Contratação Pública Angolana (2024 -2028)	27
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
ANEXO: LEGISLAÇÃO RELEVANTE SOBRE A CONTRATAÇÃO PÚBLICA – 2024.....	35

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- EVOLUÇÃO DO REGISTO DE ABERTURA DE PCP – 2014 A 2024	9
Figura 2 - EVOLUÇÃO DO REGISTO DE ABERTURA DE PCP POR ÓRGÃO - 2023 vs 2024	10
Figura 3 - EVOLUÇÃO DO REGISTO DE ABERTURA DE PCP POR ÓRGÃO/TRIMESTRE – 2024.....	10
Figura 4 - FONTE DE COMUNICAÇÃO DOS PCP – 2024.....	11
Figura 5 - NÚMERO DE PCP POR TIPO DE OBJECTO – 2024.....	12
Figura 6 - Nº DE CONTRATOS E VALORES CONTRATUAIS POR OBJECTO (MILHÕES KZ) – 2024.....	12
Figura 7 - NÚMERO DE PCP POR TIPOLOGIA/TRIMESTRE – 2024.....	13
Figura 8 - PCP DO SNCPE POR TIPOLOGIA – 2023/2024.....	13
Figura 9 - VALOR CONTRATUAL POR TIPOLOGIA DE PCP (MIL MILHÕES KZ) – 2023/2024	14
Figura 10 - CRITÉRIO DE ESCOLHA PARA O PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO – 2023/2024.....	15
Figura 11 - GRAU DE CONCORRÊNCIA/ 2023 VS 2024	15
Figura 12 - ADJUDICAÇÃO POR CRITÉRIO/ 2023 VS 2024	16
Figura 13 - POUPANÇA DOS PROCEDIMENTOS NO SNCPE (MILHÕES KZ) – 2023/2024	17
Figura 14 - DESPESAS EM BENS, SERVIÇOS E DESPESAS DE CAPITAL À LUZ DA LCP (MIL MILHÕES KZ) – 2024.....	18
Figura 15 - FORNECEDORES CERTIFICADOS NO PORTAL DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA/ 2023 VS 2024.....	30
Figura 16 - PLANO ANUAL DE COMPRAS PÚBLICAS/ 2023 VS 2024	31

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - VALOR CONTRATUAL POR NÚMERO E TIPOLOGIA DE PCP (MILHÕES KZ) – 2023	14
Tabela 2 - POUPANÇA GERADA PELOS PCP (MILHÕES KZ) – 2022/2023	17
Tabela 3 - EXECUÇÃO DAS DESPESAS SUJEITAS À LCP (MIL MILHÕES KZ) – 2022/2023	19
Tabela 4 - VALOR CABIMENTADO À LCP VS NÚMERO DE PCP REGISTRADOS POR DEPARTAMENTOS MINISTERIAIS	20
Tabela 5 - VALOR CABIMENTADO À LCP VS NÚMERO DE PCP REGISTRADOS POR GOVERNOS PROVINCIAIS	21
Tabela 6 - VALOR CABIMENTADO À LCP VS NÚMERO DE PCP REGISTRADOS POR OUTROS ORGÃOS	22
Tabela 7- UNIDADES DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA IMPLEMENTADA/2023	29

ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACP	Academia da Contratação Pública
APPN	African Public Procurement Network
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BDPCP	Base de Dados de Procedimentos de Contratação Pública
BM	Banco Mundial
CE	Contratação Emergencial
CLC	Concurso Limitado por Convite
CLPQ	Concurso Limitado por Prévia Qualificação
CP	Concurso Público
CS	Contratação Simplificada
DPF	Delegação Provincial das Finanças
ENAPP	Escola Nacional Administração e Políticas Públicas
EPC	Entidade(s) Pública(s) Contratante(s)
KZ	Kwanzas
LCP	Lei dos Contratos Públicos
MAPS	Metodologia para Avaliação de Sistemas de Compras
M	Milhões
MINTTICS	Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social
MINOPHU	Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação
OA	Ordem dos Arquitectos de Angola
OEA	Ordem dos Engenheiros de Angola
PAC	Plano Anual de Contratação
PCP	Procedimentos de Contratação Pública
PDE	Procedimento Dinâmico Electrónico
PECPA	Plano Estratégico da Contratação Pública Angolana

RACPA - 8.ª Edição/2024

PEMV	Proposta Economicamente Mais Vantajosa
PIIM	Programa Integrado de Intervenção nos Municípios
PMB	Preço Mais Baixo
RJFDE	Regime Jurídico das Facturas e dos Documentos Equivalentes
SETIC-FP	Serviço de Tecnologia de Informação e Comunicação das Finanças Públicas
SIGFE	Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado
SGC	Sistema de Gestão de Contratos
SNCP	Serviço Nacional da Contratação Pública
SNCPE	Sistema Nacional da Contratação Pública Electrónica
UCP	Unidades de Contratação Pública

1. INTRODUÇÃO

Caros leitores,

O Serviço Nacional da Contratação Pública (SNCP), tem a honra de apresentar a 8.ª Edição do Relatório Anual da Contratação Pública Angolana (RACPA), referente ao exercício económico de 2024. Este documento constitui um marco fundamental na promoção da transparência, na sistematização de dados estatísticos relevantes e na análise da evolução do mercado nacional da contratação pública, reforçando o compromisso do Estado com a boa governação, a eficiência da despesa e a prestação de contas à sociedade.

O ano de 2024 foi caracterizado por um ambiente macroeconómico desafiador, pautado pela contínua racionalização da despesa, face às restrições orçamentais e financeiras vigentes. Como exigido por esse contexto, o SNCP manteve-se firme no seu propósito de fortalecer o sistema de contratação pública nacional, tendo desenvolvido um conjunto expressivo de actividades estratégicas e estruturantes.

Destacam-se, entre as principais realizações do referido período, as seguintes:

- A **3.ª Edição do Encontro Nacional Metodológico com as Unidades de Contratação Pública (UCP)**, que proporcionou um espaço de reflexão técnica e harmonização de práticas com as entidades operadoras do sistema, reforçando a uniformidade dos procedimentos e o alinhamento com os objectivos de eficiência e legalidade;
- A participação do SNCP na **4.ª Assembleia Geral da Rede Africana de Contratação Pública (APPN)**, realizada em Kigali, Ruanda, onde Angola reafirmou o seu compromisso com a integração regional e a adopção de boas práticas internacionais;
- A realização da **8.ª Edição da Semana da Contratação Pública**, sob o lema “O Papel do SNCP na Regulação e Fiscalização para a Melhoria Contínua da Despesa Pública”, que congregou especialistas nacionais e internacionais em torno dos desafios e oportunidades do sector;
- A participação no **Workshop de Disseminação das Conclusões do Relatório de Avaliação do SNCP com base na metodologia MAPS II**, realizado em Cabo Verde, que representou um momento crucial de avaliação e aprendizagem institucional, no quadro do alinhamento aos padrões globais de desempenho;
- A **4.ª Edição do Concurso de Cultura Geral “Eu Conheço Contratação Pública”**, iniciativa que tem vindo a consolidar-se como um importante instrumento de sensibilização e massificação do conhecimento sobre a contratação pública junto dos cidadãos;

RACPA - 8.ª Edição/2024

- A aprovação do **Plano Estratégico da Contratação Pública 2024–2028, por via do Decreto Presidencial n.º 250/24, de 13 de Novembro**, um documento orientador que estabelece os eixos prioritários e as metas para o desenvolvimento do sistema das aquisições públicas angolanas nos próximos cinco anos, com enfoque na modernização, digitalização, capacitação e sustentabilidade.

Destaca-se ainda, a **Circular Conjunta n.º 01/2024**, que estabelece orientações e os procedimentos a observar para o fomento da **produção nacional e operadores económicos** por via da contratação pública, contribuindo para o fortalecimento da economia interna e cada vez mais de um empresariado nacional forte e competitivo.

O SNCP, em estreita colaboração com as Entidades Públicas Contratantes (EPC), tem intensificado os seus esforços na capacitação institucional, na melhoria dos mecanismos de regulação e na promoção de um ambiente contratual mais competitivo, transparente e orientado para resultados. A referida dinâmica visa garantir uma utilização mais eficiente dos recursos públicos e impulsionar o posicionamento de Angola entre os países com melhores práticas em matéria de contratação pública.

Por último, somos a informar que o presente Relatório encontra-se disponível, em formato digital, através do site do Ministério das Finanças (www.minfin.gov.ao) e do Portal da Contratação Pública (www.compraspublicas.minfin.gov.ao), permitindo o acesso público e gratuito à informação, em consonância com os princípios de transparência e participação cidadã.

Desejamos a todos uma leitura útil e enriquecedora.

2. INDICADORES GERAIS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

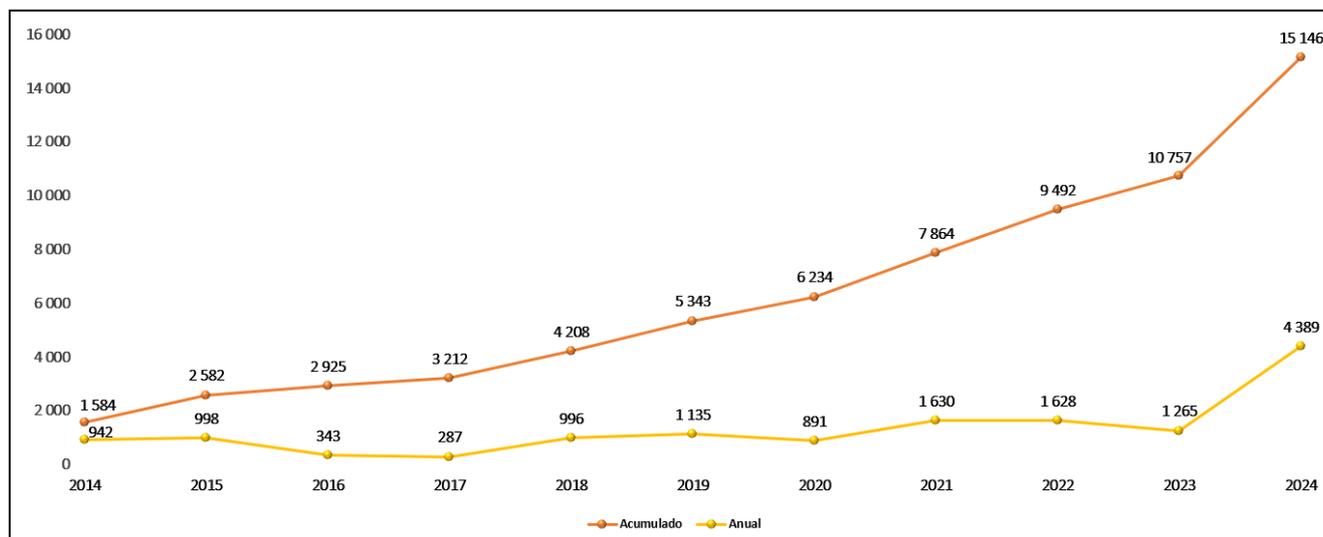
A) ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA EM ANGOLA

I. EVOLUÇÃO DO REGISTO DE PROCEDIMENTOS

Os procedimentos de contratação pública, a nível do mercado da contratação pública angolana, têm verificado algum crescimento quantitativo, em função da estratégia do SNCP de abordar as EPC para alertar a necessidade de cumprimento da obrigação legal de comunicação dos procedimentos desencadeados e de elaboração dos PAC.

Assim, no ano de 2024, foram registados, pelo SNCP, 4 389 procedimentos de contratação pública, o que representa um aumento de **247%** em comparação com o período homólogo, representando **29%** do total de PCP registados no período de 2014 a 2024.

FIGURA 1- EVOLUÇÃO DO REGISTO DE ABERTURA DE PCP – 2014 A 2024

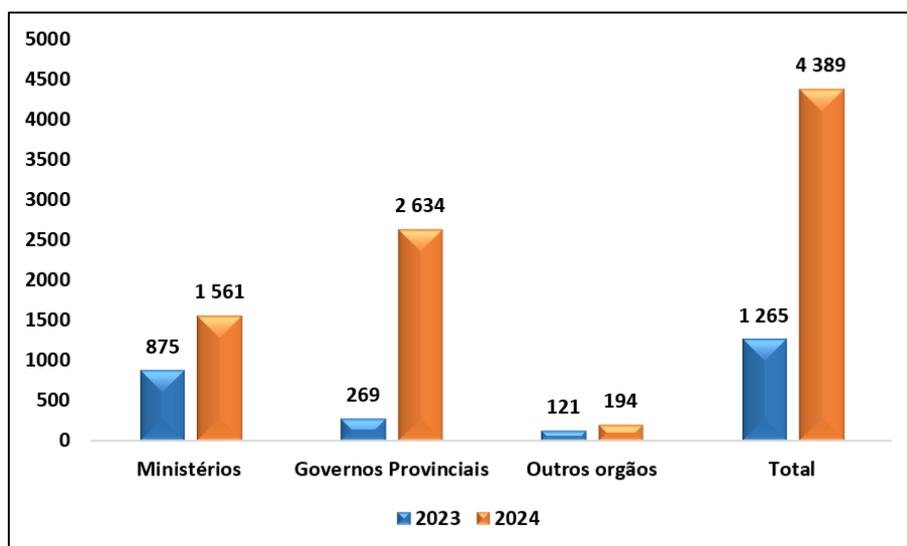


Fonte: SNCP

De modo a aumentar o número de procedimentos de contratação pública reportados, o SNCP tem realizado (i) a contínua sensibilização para o cumprimento pelas EPC, da obrigação de efectuar as suas compras de acordo com a LCP e a reportar as informações dos procedimentos desencadeados e suas adjudicações, (ii) visitas aos Departamentos Ministeriais, Governos Provinciais, Insitutos e Administrações Municipais, no âmbito do Plano de Acompanhamento às EPC, bem como (iii) sessões para sensibilizar o aumento da comunicação por meio do Portal da Contratação Pública. Assim, prevê-se o aumento deste número com a contínua expansão do cadastro das EPC no Portal, augurando vir a ser uma das fontes de maior obtenção de informação de procedimentos.

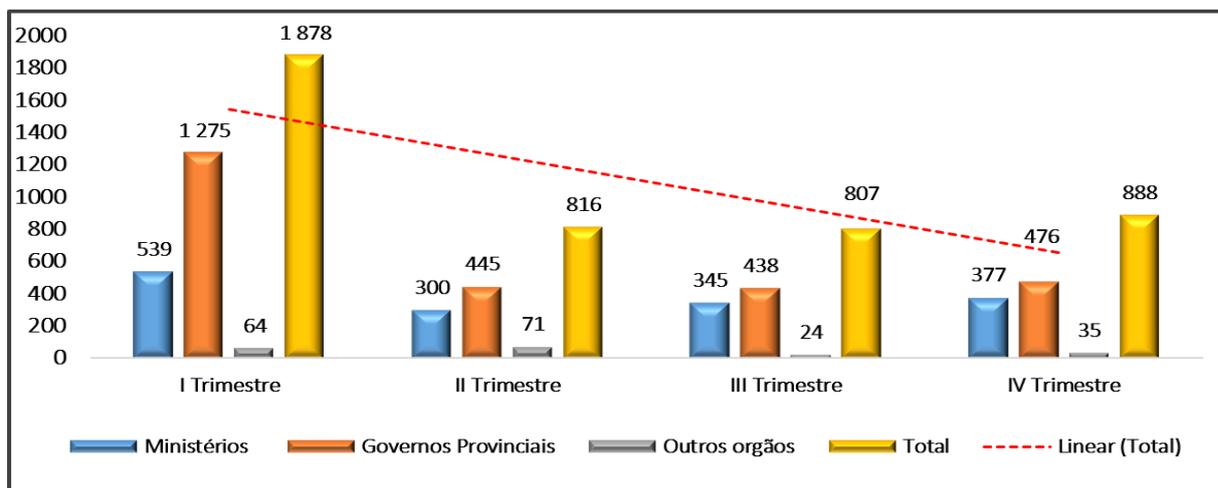
Adicionalmente, em relação ao número de PCP comunicados, o gráfico abaixo estratifica a informação por Órgão, onde predominam os Governos Provinciais, com um total de 2 634 (60%) PCP registados¹, alterando a tendência dos números verificados em 2023. Importa frisar que foi no I Trimestre que se registou maior número de PCP, isto é, 1 878 (43%), seguido do IV Trimestre, com um registo de 888 (20%), salientando-se, entretanto, maior comunicação dos Governos Provinciais em todos os trimestres, com 68%, 55%, 54% e 54%, respectivamente.

FIGURA 2 - EVOLUÇÃO DO REGISTO DE ABERTURA DE PCP POR ÓRGÃO - 2023 vs 2024



Fonte: SNCP

FIGURA 3 - EVOLUÇÃO DO REGISTO DE ABERTURA DE PCP POR ÓRGÃO/TRIMESTRE – 2024



Fonte: SNCP

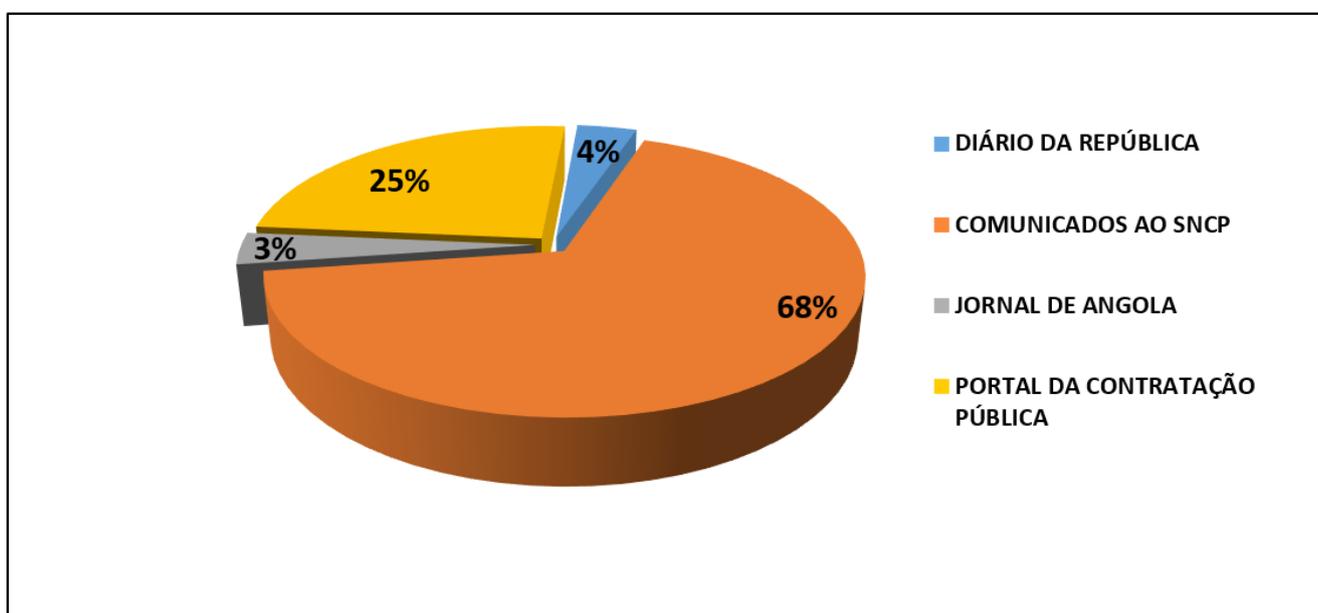
¹ Em comparação com os Departamentos Ministeriais – 1 561 PCP (36%) – e os Outros Órgãos – 194 PCP (4%).

“Outros Órgãos” é composto por Entidades que não se enquadram no grupo de Ministérios e Governos Provinciais, mas aplicam a LCP nas suas aquisições conforme previsto no artigo 6.º da LCP.

Para a elaboração do presente relatório e de modo a obter dados mais críveis e fidedignos sobre a abertura de PCP, o SNCP continua a registar todos os anúncios publicados em Diário da República, Jornal de Angola, Portal da Contratação Pública, para além dos submetidos directamente pelas EPC. Em termos de registo, considera-se a primeira fonte de publicação que se tem acesso, sendo que, em muitos casos, as EPC utilizam, em simultâneo, as quatro fontes citadas anteriormente.

Assim, a figura abaixo apresenta as fontes de comunicação de PCP, onde o destaque recai para os procedimentos submetidos pelas entidades ao SNCP com 2 963 PCP (68%), seguida do Portal da Contratação Pública com 1 094 PCP (25%), Diário da República com 169 PCP (4%) e, por fim, o Jornal de Angola com 163 PCP (3%).

FIGURA 4 - FONTE DE COMUNICAÇÃO DOS PCP – 2024



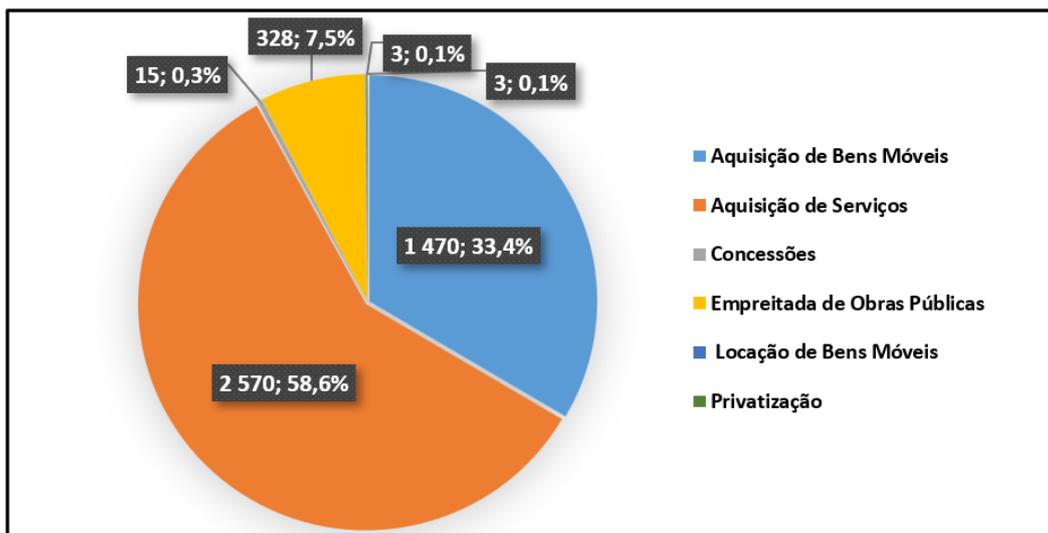
Fonte: SNCP

II. PROCEDIMENTOS POR TIPO DE OBJECTO

Neste ponto apresentamos uma análise detalhada da distribuição dos procedimentos realizados atendendo o objecto contratual. A estatística contempla as principais categorias previstas no regime jurídico da contratação pública, isto é, os contratos previstos no artigo 2.º da LCP, conforme descrito abaixo (Figura 5 e 6).

Assim, no universo dos 4 389 PCP registados, as aquisições de serviços constituem 59% (2 570 PCP) do total reportado, seguindo-se as aquisições de bens móveis com 34% (1 470 PCP) e empreitadas de obras públicas com 8% (328 PCP), como ilustrado nas Figura 5.

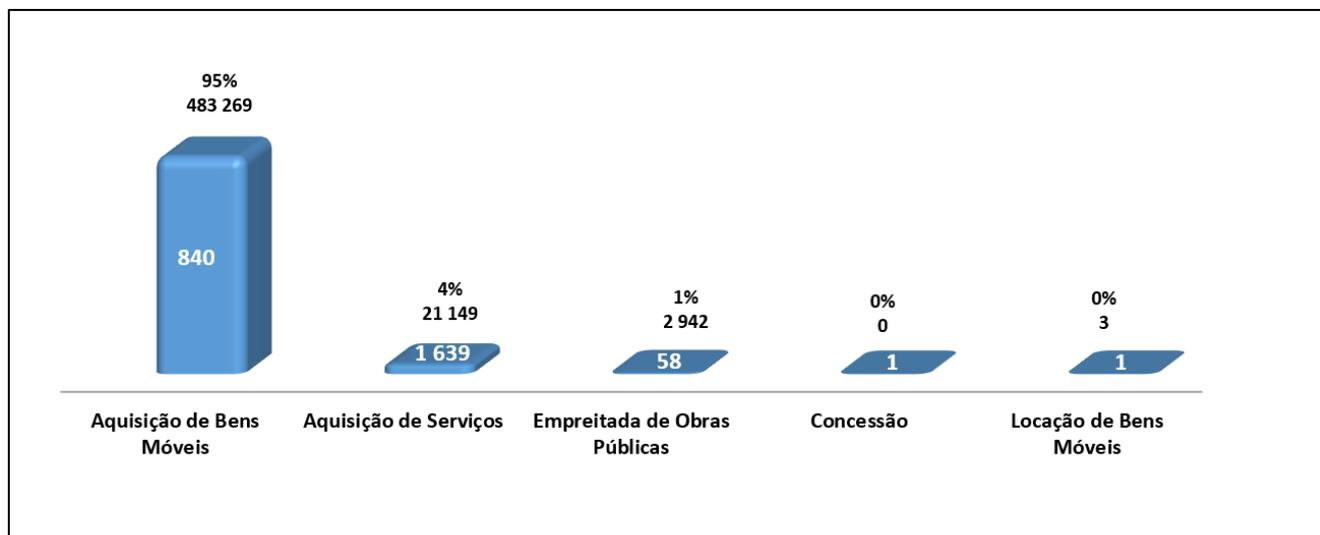
FIGURA 5 - NÚMERO DE PCP POR TIPO DE OBJECTO – 2024



Fonte: SNCP

Adicionalmente, quanto ao valor contratualizado, num universo de 183 contratos comunicados, 143 (78%) indicam o valor do contrato. As aquisições de bens móveis detêm o maior valor contratual, representando cerca de 95% do total do valor contratualizado (483 269 milhões de kwanzas), como ilustrado nas Figura 6.

FIGURA 6 - Nº DE CONTRATOS E VALORES CONTRATUAIS POR OBJECTO (MILHÕES KZ) – 2024



Fonte: SNCP

III. PROCEDIMENTOS POR TIPOLOGIA

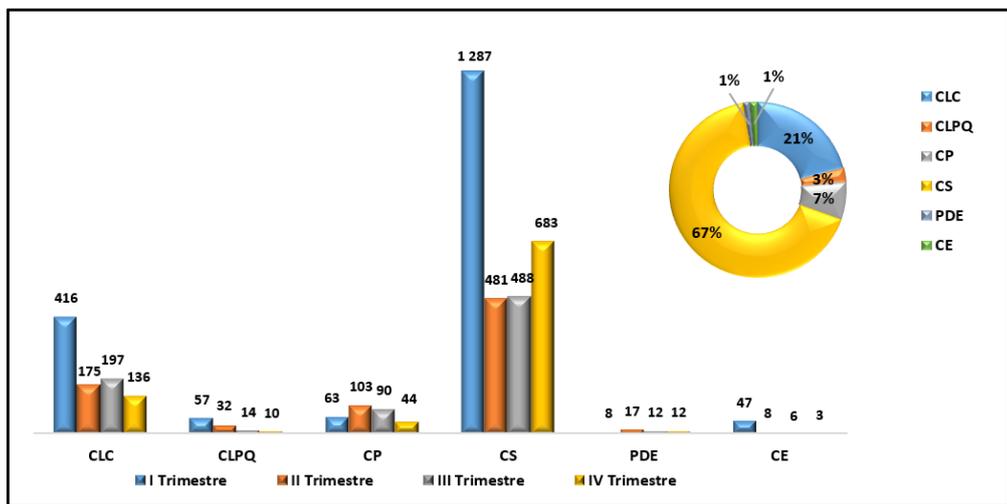
Nesta secção do relatório, apresenta-se a distribuição estatística dos procedimentos adoptados na contratação pública, agrupados por tipologia. A análise incide sobre os seguintes tipos de procedimentos: Concurso Público

RACPA - 8.ª Edição/2024

(CP), Concurso Limitado por Prévia Qualificação (CLPQ), Procedimento Dinâmico Electrónico (PDE), Concurso Limitado por Convite (CLC), Contratação Simplificada (CS) e a Contratação Emergencial (CE).

Quanto à tipologia, o destaque recai para a CS, correspondente a 67%, seguido pelo CLC, com 21%, CP, CLPQ, CE e PDE, representando 7%, 3%, 1% e 1%, respectivamente.

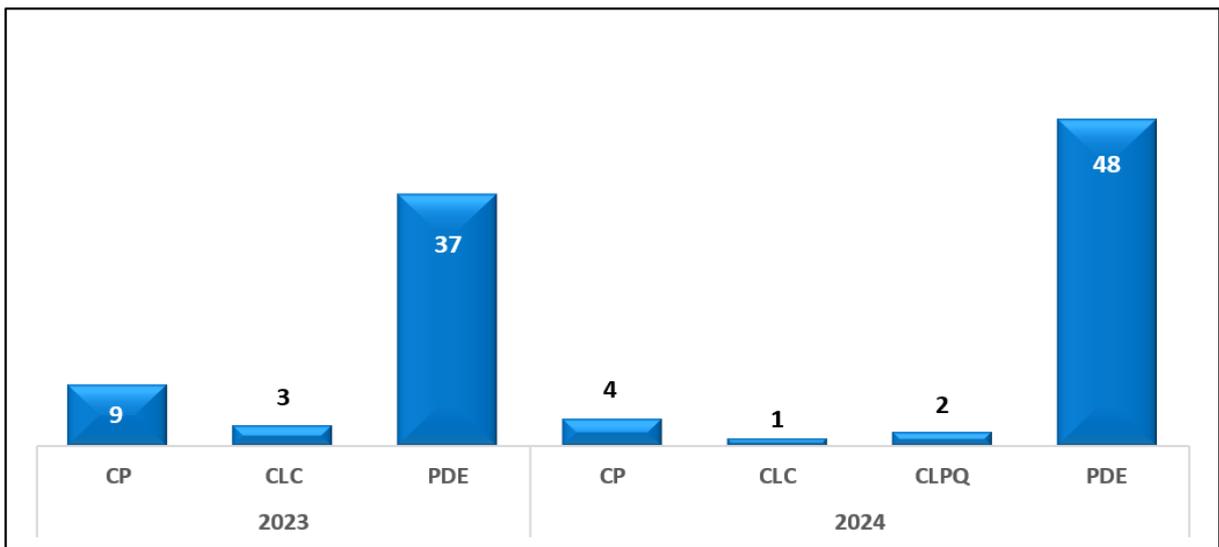
FIGURA 7 - NÚMERO DE PCP POR TIPOLOGIA/TRIMESTRE – 2024



Fonte: SNCP

Importa destacar que o PDE é utilizado exclusivamente através do SNCPE, associando assim, cada vez mais, as tecnologias de informação ao processo aquisitivo, conferindo maior transparência, concorrência e ganhos em termos de poupança, tendo representado 87% (48) dos 55 PCP desencadeados pelo SNCPE, em 2024.

FIGURA 8 - PCP DO SNCPE POR TIPOLOGIA – 2023/2024



Fonte: SNCP

RACPA - 8.ª Edição/2024

Em termos de valores, verificou-se que o tipo de procedimento com registo de maior valor contratual foi o PDE, com 444 486 milhões de kwanzas (88%), seguido do CLPQ com 33 662 milhões de kwanzas (7%).

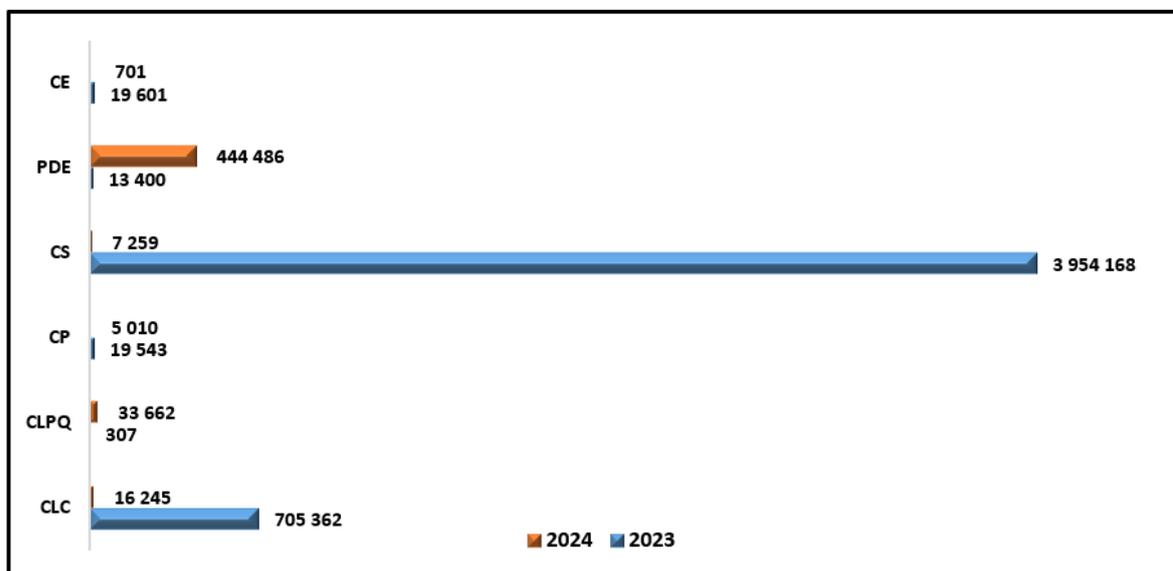
TABELA 1 - VALOR CONTRATUAL POR NÚMERO E TIPOLOGIA DE PCP (MILHÕES KZ) – 2024

TIPO DE PCP	N.º DE PCP	VALOR CONTRATUAL (MILHÕES KZ)	% PCP	% VALOR CONTRATUAL
CLC	924	16 245	21%	3%
CLPQ	113	33 662	3%	7%
CP	300	5 010	7%	1%
CS	2 939	7 259	67%	1%
PDE	49	444 486	1%	88%
CE	64	701	1%	0%
TOTAL	4 389	507 364	100%	100%

Fonte: SNCP

O PDE, com 444 486 milhões de kwanzas, representou o tipo de procedimento com maior valor contratual (88%), CLPQ aparece em segundo lugar, em termos de valor contratual, com 33 662 milhões de kwanzas (7%), como ilustra a Figura abaixo:

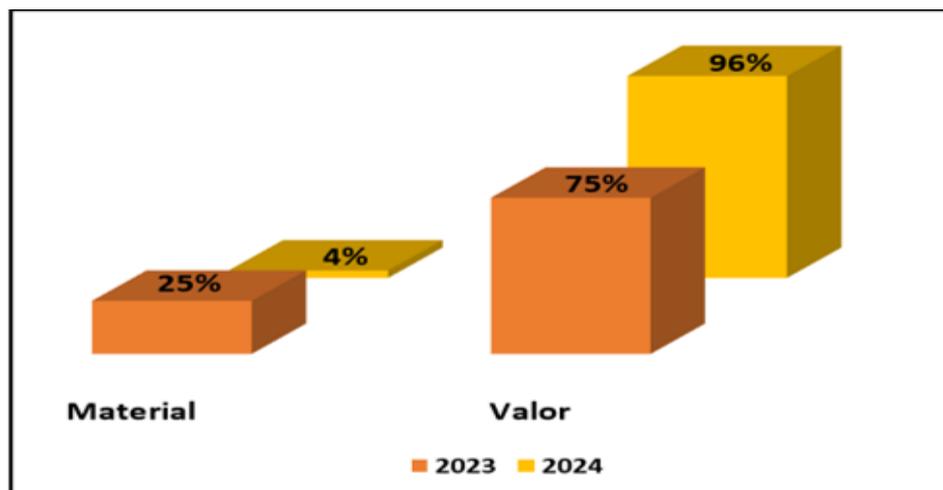
FIGURA 9 - VALOR CONTRATUAL POR TIPOLOGIA DE PCP (MIL MILHÕES KZ) – 2023/2024



Fonte: SNCP

Em 2024, à semelhança do ano anterior, quanto ao critério para a escolha de PCP, dos procedimentos em que se obteve informação, conclui-se, como mostra a figura abaixo, ter havido uma forte utilização do critério valor, na ordem dos 96%, em detrimento do critério material que se situou nos 4%.

FIGURA 10 - CRITÉRIO DE ESCOLHA PARA O PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO – 2023/2024



Fonte: SNCP

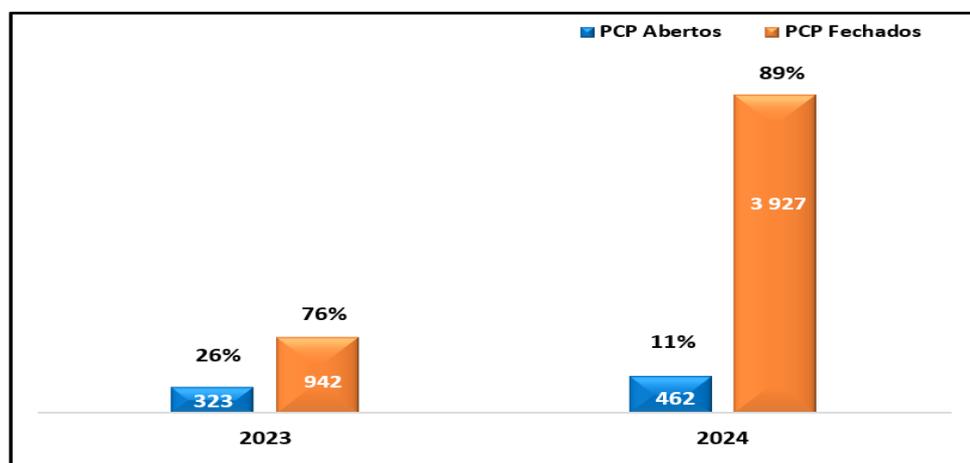
IV. CONCORRÊNCIA E CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

Através da comparação entre a utilização de PCP abertos (CP, CLPQ e PDE), em detrimento dos PCP fechados (CLC, CS e CE), pretende-se efectuar uma avaliação do grau de concorrência alcançado na Contratação Pública.

Para o ano 2024, os dados apontam que do total de 4 389 PCP registados, a utilização de PCP abertos tem um peso na ordem de 11% (462 PCP) face aos PCP fechados com 89% (3 927 PCP). Comparativamente ao período homólogo os PCP abertos representaram um menor peso em termos percentuais, sendo que no ano de 2023 verificou-se 26% (323) e 76% (942), respectivamente.

Conforme informação recebida, de forma muito genérica, este indicador sinaliza que a utilização de procedimentos concorrenciais tem sido muito inferior aos procedimentos fechados.

FIGURA 11 - GRAU DE CONCORRÊNCIA/ 2023 VS 2024



Fonte: SNCP

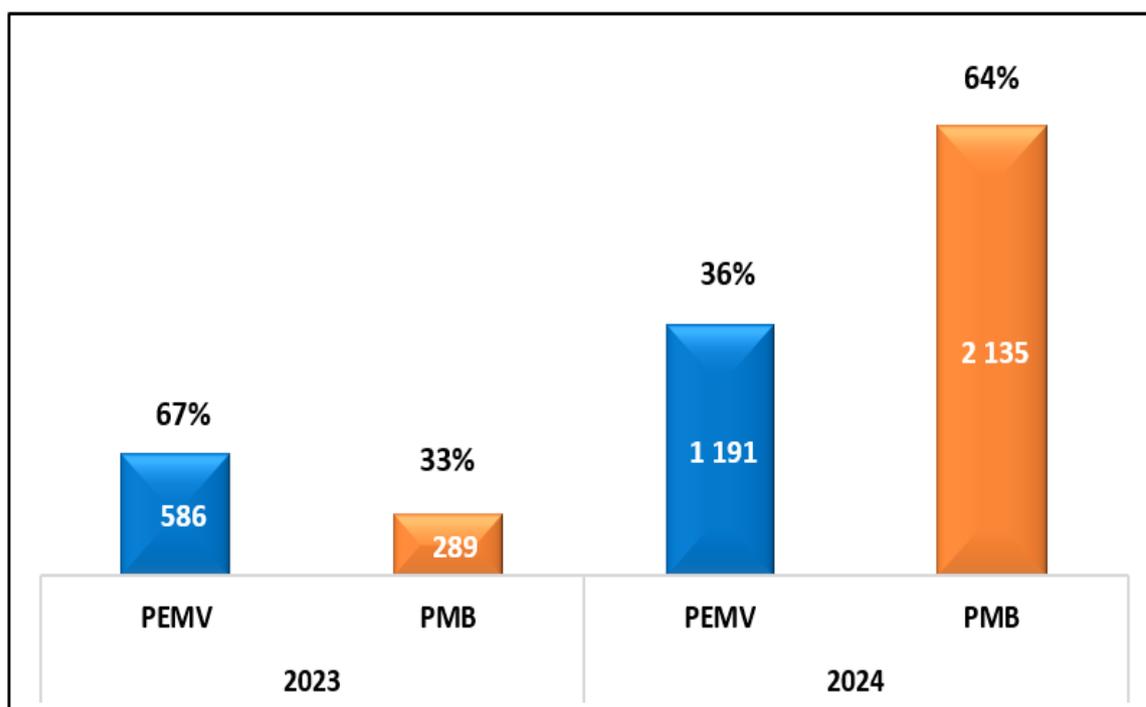
RACPA - 8.ª Edição/2024

No ano em análise, dos 4 389 PCP registados, apenas 3 326 (76%) indicavam o critério de adjudicação adoptado.

Assim, dos 3 326 PCP registados com indicação do critério de adjudicação, o critério da PMB representa um peso de 64% (2 135 PCP), verificando-se um aumento em relação ao período homólogo, cujo peso foi de 33% (289 PCP).

Por outro lado, o critério do PEMV representa um peso de 36% (1 191 PCP), verificando-se uma redução em relação ao período homólogo, cujo peso foi de 67% (586 PCP).

FIGURA 12 - ADJUDICAÇÃO POR CRITÉRIO/ 2023 VS 2024



Fonte: SNCP

V. POUPANÇA VERIFICADA NO PERÍODO

A Tabela abaixo mostra que a poupança gerada em 2024 representa 3% do valor estimado, comparativamente aos 0,36% de 2023. De igual modo, dos 4 389 PCP registados em 2024, apenas em 1 901 PCP (43%) foram comunicados os valores estimados e contratuais. Apesar do aumento do número de PCP com valor estimado e contratual, verificou-se uma redução de 80% do valor comunicado.

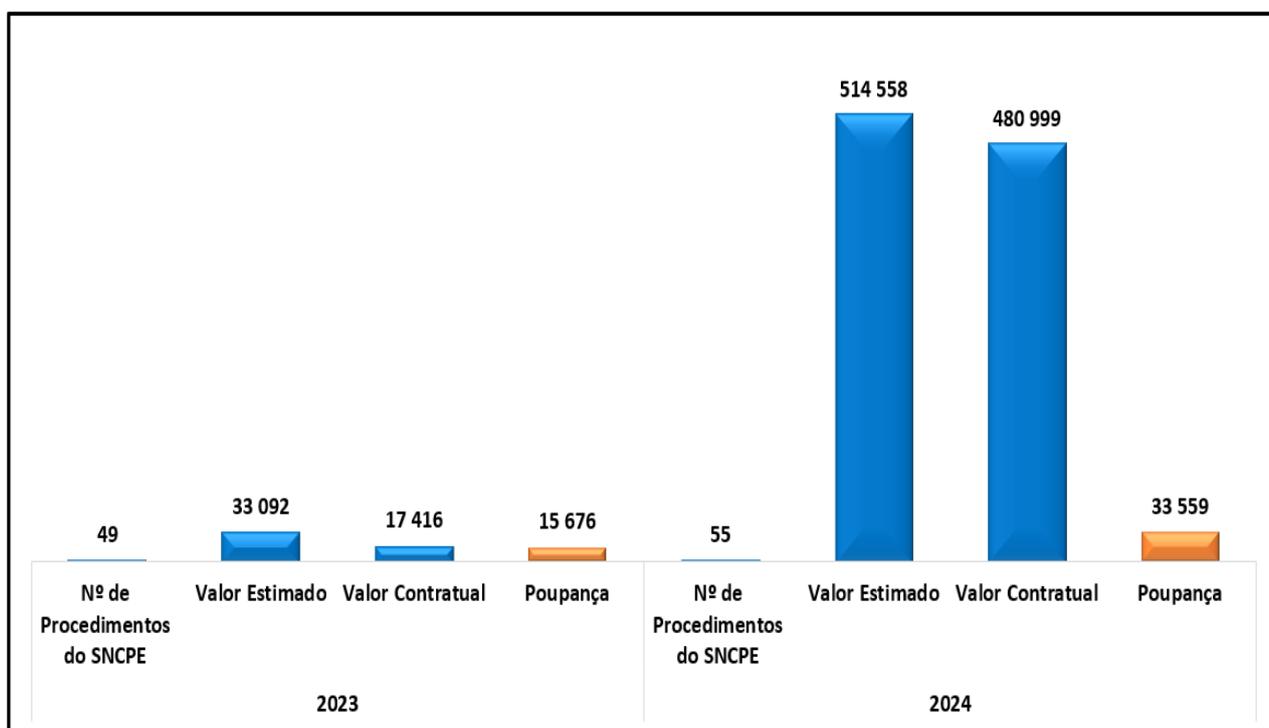
TABELA 2 - POUPANÇA GERADA PELOS PCP (MILHÕES KZ) – 2023/2024²

Período	PCP com valor estimado e Valor contratual	Valor estimado (1)	Valor Contratual (2)	Poupança	
				(1) - (2)	%
2023	118	2 671 245	2 661 545	9 699	0,36
2024	1 901	521 368	506 851	14 517	3

Fonte: SNCP

Para o ano 2024, dos procedimentos tramitados e concluídos ao abrigo do SNCPE, foi possível aferir níveis de poupança na ordem dos 33 559 milhões de kwanzas, que corresponde a 7% do valor estimado dos 55 PCP, reflectindo um aumento de poupança, face ao período homólogo de 47 pontos percentuais.

FIGURA 13 - POUPANÇA DOS PROCEDIMENTOS NO SNCPE (MILHÕES KZ) – 2023/2024



Fonte: SNCP

B) ENQUADRAMENTO NA DESPESA PÚBLICA

No exercício económico de 2024, constatou-se que as despesas sujeitas à Lei dos Contratos Públicos³, nomeadamente as de bens e serviços e despesas de capital, representaram uma parcela significativa do

² Poupança verificada nos PCP registados na BDPCP (PCP comunicados ao SNCP).

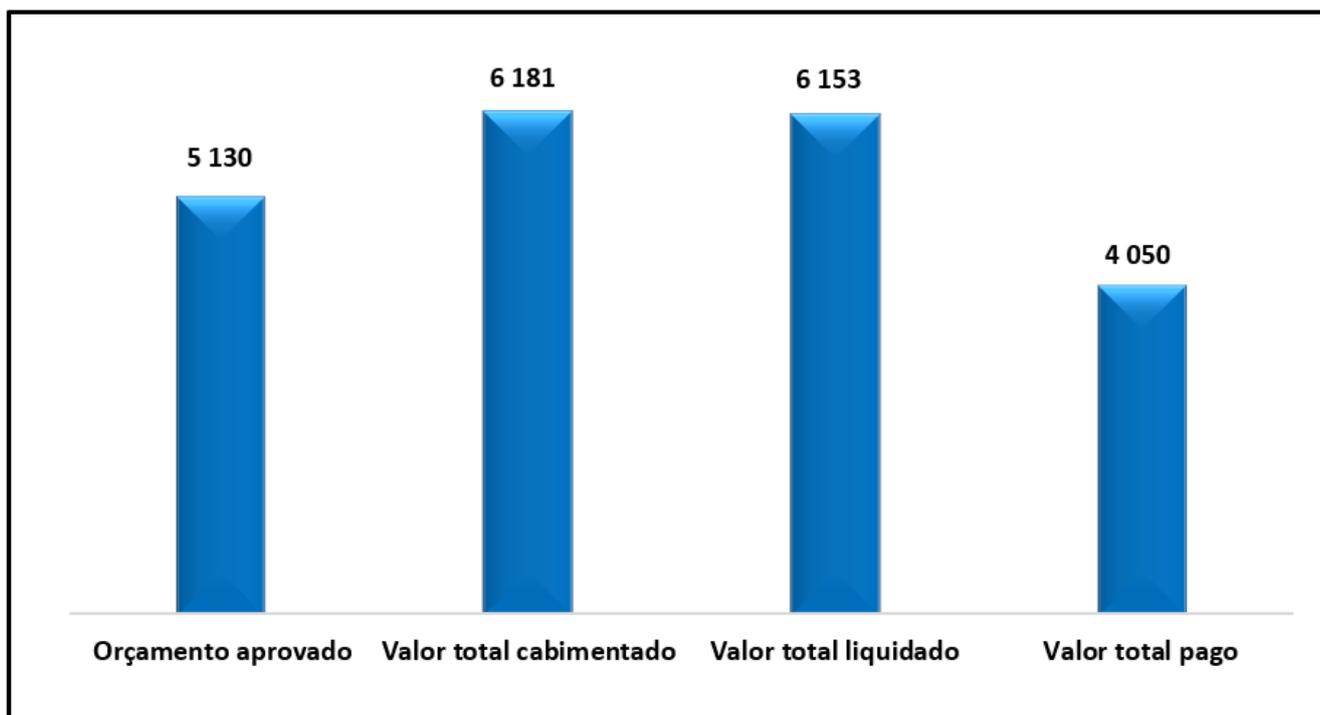
³ As rubricas “Pessoal”, “Reservas”, “Transferências” entre outras, estão excluídas do âmbito da LCP.

orçamento e registaram uma execução superior ao montante inicialmente aprovado no orçamento, em virtude de revisões orçamentais ao longo do exercício, entre outros factores.

Considerando as despesas sujeitas ao regime da LCP, é possível aferir o valor global estimado dos contratos a partir dos dados orçamentais das EPC, tendo em conta o grau de execução das despesas inscritas no OGE/2024.

Desta forma, analisando o grau de execução financeira dos contratos referentes ao ano de 2024, pode-se concluir que as compras governamentais movimentaram (na óptica do valor cabimentado) 6 181 mil milhões de kwanzas, correspondente a 25% do OGE inicialmente aprovado para o período em referência (24 715 mil milhões de kwanzas), o que representa um aumento de 37%, comparativamente ao período homólogo, onde, o valor foi de 4 513 mil milhões de kwanzas, que representou 22% do OGE aprovado (20 104 mil milhões de kwanzas).

FIGURA 14 - DESPESAS EM BENS, SERVIÇOS E DESPESAS DE CAPITAL À LUZ DA LCP (MIL MILHÕES KZ) – 2024⁴



Fonte: SIGFE (02 de Abril/2025) – Análise SNCP

Dos montantes supramencionados e de acordo com o valor total liquidado, constatou-se que os valores efectivados estiveram na ordem dos 6 153 mil milhões de kwanzas, correspondendo aproximadamente a 99,55% do valor cabimentado à luz da LCP, mantendo assim a tendência dos anos anteriores.

⁴ Verifica-se o valor cabimentado (6 181 mil milhões) superior ao Orçamentado (5 130 mil milhões) por certo devido a créditos adicionais.

RACPA - 8.ª Edição/2024

Contudo, o SNCP contabilizou, do total de procedimentos registados, um valor de cerca de 507 mil milhões de kwanzas, correspondendo apenas a 8% do valor cabimentado no período.

A Tabela 3, ilustra, detalhadamente, comparando com o ano de 2023, a execução das despesas sujeitas à LCP orçamentadas, de acordo com a sua natureza.

TABELA 3 - EXECUÇÃO DAS DESPESAS SUJEITAS À LCP (MIL MILHÕES KZ) – 2023/2024

Categoria económica	Orçamento aprovado (Mil milhões AKZ)			Valor liquidado (Mil milhões AKZ)			Variação (Aprovado vs Liquidado) 2024
	2023	2024	Var.	2023	2024	Var.	
Despesas com bens e serviços	2 552	2 581	1%	1 610	2 746	71%	106%
Bens	818	1 150	41%	800	1 172	47%	102%
Serviços	1 734	1 430	-18%	810	1 573	94%	110%
Despesas de capital	3 050	2 550	-16%	2 897	3 407	18%	134%
Investimentos	2 928	2 526	-14%	2 869	3 406	19%	135%
Outras Desp. De Capital	122	24	-81%	29	1	-96%	5%
Total	5 602	5 130	-8%	4 507	6 153	37%	120%

Fonte: SIGFE (02 de Abril/2024) – Análise SNCP

VI. VALOR TOTAL CABIMENTADO VS NÚMERO DE PCP COMUNICADOS

Tendo como fonte o SIGFE, e fazendo uma extracção dos valores cabimentados pelas EPC a nível central e local, foi possível verificar a cabimentação de elevadas somas financeiras em determinadas EPC, sem que, contudo, tenha sido comunicado um único procedimento concursal ao SNCP, conforme ilustração nas Tabelas 4, 5 e 6.

Importa salientar que existem EPC que, com a devida justificação, não executam as suas despesas no SIGFE. Todavia, ainda assim, comunicam ao SNCP as suas aquisições no âmbito da LCP, pelo que foram consideradas, no mapa referente aos Outros Órgãos.

DEPARTAMENTOS MINISTERIAIS

A Tabela abaixo reflecte o valor cabimentado das despesas sujeitas à LCP e o respectivo número de procedimentos registados na BDPCP do SNCP, conduzidos pelos diferentes Departamentos Ministeriais.

Como é possível constatar, alguns Departamentos Ministeriais apresentam poucos procedimentos registados na BDPCP do SNCP, devido a falta de divulgação pelas fontes habituais. A referida actuação, por parte das EPC, representa falta de cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 32.º da LCP, que impõe o dever de comunicação de todas as decisões de abertura de procedimento concursal ao SNCP.

RACPA - 8.ª Edição/2024

De igual modo, regista-se a ausência de comunicação, pelas EPC, das adjudicações de valor igual ou superior a 182 milhões de kwanzas ao SNCP.

Todavia, em relação as EPC que mais comunicam, destacam-se os Ministérios das Finanças (540 PCP – 12,3%), da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (149 PCP – 3,4%), dos Recursos Minerais, Petróleos e Gás (121 PCP – 2,8%), e da Saúde (116 PCP – 2,6%), que representam cerca de 59,3% dos procedimentos registados pelos Ministérios, tendo valores cabimentados na ordem dos 820 729 milhões de kwanzas (19%).

Por outro lado, os Ministérios da Juventude e Desporto (9 PCP), da Cultura (7 PCP), do Turismo (6 PCP), das Relações Exteriores, da Administração do Território e do Ambiente (3 PCP), com menos de 10 PCP comunicados, apresentam valores cabimentados de 68 321 milhões de kwanzas (2%).

TABELA 4 - VALOR CABIMENTADO À LCP VS NÚMERO DE PCP REGISTADOS POR DEPARTAMENTOS MINISTERIAIS

N.º	Ministério	Valor total Cabimentado (milhões AKZ)	Número de PCP 2024
1	Ministério das Finanças	563 710	540
2	Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social	36 007	149
3	Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás	19 396	121
4	Ministério da Saúde	592 540	116
5	Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação	651 298	107
6	Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação	69 992	84
7	Ministério da Indústria e Comércio	14 146	63
8	Ministério da Educação	73 846	62
9	Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher	9 119	52
10	Ministério da Economia e Planeamento	76 855	44
11	Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social	80 325	41
12	Ministério da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria	705 544	38
13	Ministério dos Transportes	446 618	29
14	Ministério das Pescas e Recursos Marinhos	9 236	25
15	Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos	37 776	19
16	Ministério da Agricultura e Florestas	122 640	15
17	Ministério da Energia e Águas	968 886	14
18	Ministério do Interior	278 783	12
19	Ministério da Juventude e Desportos	59 415	9
20	Ministério da Cultura	23 386	7
21	Ministério do Turismo	9 358	6
22	Ministério das Relações Exteriores	35 005	3
23	Ministério da Administração do Território	29 611	3
24	Ministério do Ambiente	3 705	3
Total Geral		4 917 196	1 562

Fonte: SNCP

GOVERNOS PROVINCIAIS E OUTROS ORGÃOS

Em relação aos PCP desencadeados pelos Governos Provinciais, destacam-se os Governos Provinciais de Benguela (723 PCP – 16,5%), do Cunene (549 PCP – 12,5%), do Huambo (401 PCP – 9,1%) e do Bié (241 PCP – 5,5%), que representam 43,6% dos procedimentos comunicados no período e 72,6% registados pelos Governos Provinciais, representando um valor total de cabimentação na ordem dos 20,3% (161 623 milhões de kwanzas).

Contrariamente, verifica-se que apenas duas províncias comunicaram menos de 10 PCP no período, o que denota, de igual modo, falta do cumprimento na comunicação de procedimentos ao SNCP, designadamente o Governo Provincial do Moxico (9 PCP) e do Bengo (0 PCP), que correspondem a 5,4% (43 201 milhões de kwanzas) do total cabimentado.

TABELA 5 - VALOR CABIMENTADO À LCP VS NÚMERO DE PCP REGISTADOS POR GOVERNOS PROVINCIAIS

N.º	Governo Provincial	Valor total Cabimentado (milhões AKZ)	Número de PCP 2024
1	Governo Provincial de Benguela	65 044	723
2	Governo Provincial do Cunene	18 559	549
3	Governo Provincial do Huambo	50 424	401
4	Governo Provincial do Bié	27 597	241
5	Governo Provincial do Cuanza-Sul	22 423	105
6	Governo Provincial do Zaire	42 747	80
7	Governo Provincial do Cuanza-Norte	34 527	78
8	Governo Provincial do Namibe	32 198	76
9	Governo Provincial de Luanda	246 932	73
10	Governo Provincial do Uíge	37 928	71
11	Governo Provincial da Lunda-Norte	25 598	67
12	Governo Provincial de Cabinda	26 089	65
13	Governo Provincial da Lunda-Sul	19 834	46
14	Governo Provincial de Malanje	32 457	22
15	Governo Provincial da Huíla	50 528	18
16	Governo Provincial do Cuando-Cubango	21 520	12
17	Governo Provincial do Moxico	26 363	9
18	Governo Provincial do Bengo	16 838	0
Total Geral		797 602	2 636

Fonte: SNCP

Importa ainda destacar que, em 2024, cerca de 4% do número total de procedimentos registados pelo SNCP, foram desencadeados pelos Outros Órgãos. À semelhança dos anteriores grupos de EPC, verifica-se um fraco

RACPA - 8.ª Edição/2024

grau de cumprimento da obrigatoriedade de comunicação de abertura de procedimentos ao SNCP, e/ou de observação das regras em vigor. Todavia, destacam-se a Presidência da República (38 PCP), Tribunal de Contas (35 PCP) e Sonangol - Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola - Sonangol E.P (33 PCP), com a comunicação dos referidos PCP.

TABELA 6 - VALOR CABIMENTADO À LCP VS NÚMERO DE PCP REGISTRADOS POR OUTROS ORGÃOS⁵

N.º	Outros Órgãos	Valor total Cabimentado (milhões AKZ)	Número de PCP 2024
Executam a Despesa no SIGFE			
1	Presidência da República	66 538	38
2	Tribunal de Contas	197	35
3	Supremo Tribunal Militar	1 025	23
4	Inspecção Geral da Administração do Estado	7 871	14
5	Assembleia Nacional	44 776	10
6	Serviços de Informações e Segurança do Estado	24 654	7
7	Gabinete do Vice-Presidente da República	3 329	6
8	Secretariado do Conselho de Ministros	4 363	4
9	Conselho Superior da Magistratura Judicial	19 178	2
10	Procuradoria Geral da República	8 547	1
11	Tribunal Constitucional	2 543	1
13	Casa Militar do Presidente da Republica	247 701	0
14	Serviços de Inteligência Externa	11 126	0
15	Serviços de Inteligência e Segurança Militar	9 805	0
16	Tribunal Supremo	8 759	0
17	Autoridade Nacional da Aviação Civil	3 642	0
18	Comissão Nacional Eleitoral	1 613	0
19	Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana	430	0
20	Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público	222	0
Não Executam a Despesa no SIGFE			
21	Sonangol - Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola - Sonangol E.P		33
22	Banco Nacional de Angola		14
23	Empresa Pública de Águas, EPAL-EP		1
24	Empresa Nacional de Construção de Infra-estruturas básicas, Unidade Económica Estatal		1
25	Empresa Pública de Produção de Electricidade		1
Total Geral		466 318	191

Fonte: SNCP

⁵ Nota que Encargos Gerais do Estado não é uma EPC, apenas executa as despesas de forma centralizada do Estado através do Ministério das Finanças.

3.ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES DO SNCP

SNCP participa de Sessões de Training on Job no IMPIC e do 2.º Congresso sobre Contratos Públicos de Portugal



O SNCP, no quadro das suas atribuições, realizou no dia 28 de Março de 2024, o III Encontro Metodológico com as UCP. O encontro em referência teve como escopo a aproximação contínua do SNCP às UCP, prestar apoio metodológico sobre o modo de implementação e funcionamento das UCP, bem como a verificação e a prevenção de inconformidades no âmbito da formação e execução dos Contratos Públicos.

Juciene Clara Daniel Cristiano de Sousa, Secretária de Estado para o Orçamento, na abertura do III Encontro Metodológico com as UCP, ressaltou que os contratos precisam resultar daquilo que realmente se pretende para a administração. O objectivo principal, apontou, é o de tornar a contratação pública angolana cada vez mais transparente, competitiva e eficiente. “Todo processo da contratação, quando não é bem feito, cria burocracia e não vem acrescentar valor para o trabalho rigoroso que se espera de todos funcionários”, asseverou.

Ao contrário, considerou que fazer bem liberta as unidades orçamentais para o melhor desempenho possível das suas obrigações, concentrando energias na acção governativa e administrativa. Indicou que as UCP têm ao seu dispor capital humano perfeitamente qualificado, com agilidade e rigor, num tempo que é de urgência para a geração de resultados, marcados pela disrupção tecnológica, que exige de todos conhecimento técnico, tecnológico, sem descuidar as questões éticas.

No geral, participaram deste III Encontro Metodológico, cerca de 217 técnicos, que corresponde à, aproximadamente, 72% da previsão inicial.

A UCP tem como objectivo identificar e planear as necessidades da EPC para a elaboração das peças de procedimentos e para o acompanhamento da execução dos contratos, tarefas cuja execução demanda rigor, competência e responsabilidade.

O SNCP Participa na 4ª Assembleia Geral da Rede Africana de Contratação Pública no Ruanda (Kigali)



O Serviço Nacional da Contratação Pública (SNCP), participou, de 12 a 15 de Novembro, na 4ª Assembleia Geral da Rede Africana de Contratação Pública (APPN), em Kigali, Ruanda, sob o lema “Intensificar a Contratação Pública Sustentável para a Resiliência Económica em África”, tendo reunido os países membros da Rede, parceiros estratégicos, especialistas e profissionais de contratação pública, para debater estratégias

inovadoras e sustentáveis para impulsionar as economias africanas.

O objectivo principal desta actividade foi de monitorar o impacto das políticas de compras públicas na promoção de produção interna e na sustentabilidade ambiental de África.

A delegação do SNCP esteve representada pelo seu Director Geral, Osvaldo Ngoloimwe, pelo Chefe do Departamento de Estudos e Relações Institucionais, Gilberto Fitela, e Nadhir Francisco, Técnico do referido Departamento.

8ª Edição da Semana da Contratação Pública



Comemorou-se a 8ª Edição da Semana da Contratação Pública, de 17 a 20 de Junho de 2024. Na esteira das edições anteriores o objectivo foi o de promover a aplicação e cumprimento da LCP, bem como as boas práticas internacionais, visando o rigor e transparência nas aquisições públicas. Durante a referida edição foram realizadas palestras em quatro universidades, sobre o Papel do SNCP e da Universidade na Boa Execução da Despesa Pública, foi

realçada a importância do rigor e da transparência nos processos de contratação.

Ainda no âmbito das comemorações da Semana da Contratação Pública foi realizado o Workshop de Validação do Relatório Final da Avaliação feita ao Sistema Nacional de Contratação Pública Angolana, com recurso a metodologia MAPS II (**Methodology for Assessing Procurement Systems**). A sessão de abertura foi presidida por Sua Excelência, Secretária de Estado para o Orçamento e contou com as presenças do Director Fiduciário, do Coordenador Regional para as Aquisições Públicas e do Representante Residente do Banco Africano de Desenvolvimento.

RACPA - 8.ª Edição/2024

O ponto alto e encerramento da 8ª Edição da Semana da Contratação Pública foi a realização do Workshop dos PALOP subordinado ao tema “**Desafios e Perspectivas Actuais da Contratação Pública nos PALOP**” que contou com a presença de representantes da ARAP de Cabo Verde, ARCP da Guiné-Bissau, UFSA de Moçambique e COSSIL de São Tomé e Príncipe.

Sua Excelência Secretária de Estado para o Orçamento, Juciene de Sousa, no seu discurso de abertura, enfatizou que a ausência de transparência, de concorrência e de integridade no sistema de contratação pública torna o espaço fértil para acções inadequadas. Enfatizou ainda que “estas acções inadequadas quando não são evitadas e devidamente reprimidas, tornam-se facilmente endémicas e podem escapar aos sistemas de controlo dos PALOP”. Sublinhou, igualmente, que a implementação de um sistema eficaz de aquisições públicas, ajuda a promover a execução e melhoria de todo o processo, visando a concorrência positiva no mercado.

Por fim, referiu que o tema escolhido “Desafios e Perspectivas actuais da Contratação Pública nos PALOP” obriga a uma abordagem séria e sem preconceito com vista ao progresso do sector a nível da comunidade e enalteceu a relevância que nos últimos dez anos a contratação pública tem tido nos países que compõem os PALOP.

Num ambiente de diálogo aberto e de troca de experiências as cinco congéneres debateram sobre (i) Os Desafios e Perspectivas Actuais da Contratação Pública nos PALOP, (ii) Os Desafios e Perspectivas Legislativas da Contratação Pública nos PALOP, (iii) O Impacto Real da Contratação Pública nas Políticas Públicas, (iv) O Modelo de Financiamento dos Órgãos Reguladores da Contratação Pública nos PALOP, (v) As Auditorias e a Actuação dos Órgãos Reguladores nos Órgãos de Soberania e (vi) A Contratação Pública Electrónica, Desafios e Perspectivas.

De forma geral e sucinta o Workshop permitiu, efectivamente, trocar experiências e reforçar a cooperação entre as congéneres, bem como criar uma plataforma de trabalho comum e duradoura, visando sempre o rigor e transparência na contratação pública. Foi por essa razão que São Tomé e Príncipe comprometeu-se em acolher o próximo encontro dos PALOP em Junho de 2025. Ficou, igualmente, o compromisso de apoio mútuo ao nível da participação na RACP.



O SNCP participou em Cabo Verde, na Ilha do Sal, no evento de apresentação das Conclusões da Avaliação do Sistema Nacional da Contratação Pública (Cabo Verde) com a metodologia MAPS II. O evento realizado pela Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas de Cabo Verde- ARAP, visou partilhar o resultado da avaliação com as Partes Interessadas, por forma que estas pudessem participar nas discussões.

O SNCP foi representado por uma delegação encabeçada pelo seu Director Geral, Osvaldo Ngolomwe, e pelo Afonso Fonseca, técnico do SNCP.

A avaliação do Sistema Nacional da Contratação Pública (Cabo Verde) com o MAPS II, iniciou em Março de 2023 e fornece uma visão abrangente do sistema de compras públicas em Cabo Verde, oferecendo tanto uma análise do seu estado actual como recomendações claras para melhorias futuras.

A Metodologia de Avaliação dos Sistemas de Aquisições permite avaliar os sistemas de compras públicas de tal forma que o resultado da avaliação possa servir de base à introdução de melhorias nos domínios legal e regulatório, no quadro institucional, na gestão e funcionamento do mercado público e, não menos importante, na integridade e transparência do próprio sistema.

4ª Edição do Concurso “Eu Conheço Contratação Pública



O referido concurso, que é uma iniciativa do SNCP, visa promover e divulgar a LCP, estimular o conhecimento técnico e a compreensão dos procedimentos necessários para uma contratação pública mais eficiente e eficaz, bem como, promover as matérias de Contratação Pública no meio académico, divulgar a missão e as principais atribuições do SNCP, integrar a temática da contratação pública no currículo universitário e destacar a importância da boa gestão dos recursos do Estado.

Para o efeito, o SNCP apelou a participação de toda a comunidade universitária nacional, tendo endereçado convites às diversas Universidades e Institutos Superiores a nível nacional.

RACPA - 8.ª Edição/2024

O concurso teve como vencedores João Chapaquissa, estudante da Universidade Mandume Ya Ndemufayo, na província da Huila, como 1.º Classificado, Muntual Manuel, da Universidade Lueji Ankonda, na província da Lunda Norte, como 2.º classificado, e Paulo da Silva Júnior, como 3.º classificado, da Universidade Católica de Angola, na província de Luanda, cabendo a cada um a importância de Kz 1 200 000,00 (Um milhão e duzentos mil kwanzas), Kz 500 000,00 (Quinhentos mil kwanzas) e Kz 300 000,00 (Trezentos mil kwanzas), respectivamente.

Aprovado o Plano Estratégico da Contratação Pública Angolana (2024 -2028)



Depois de apreciado e aprovado pelo Conselho de Ministros⁶ o Plano Estratégico da Contratação Pública Angolana (PECPA) para o período 2024-2028, foi publicado através do Decreto Presidencial n.º 250/24, de 13 de Novembro de 2024. O PECPA, que é uma iniciativa do Executivo, surge na sequência das observações e dos diagnósticos às acções do mercado da Contratação Pública, pelo SNCP e outras entidades, incluindo consultores e entidades independentes internacionais, através

da Avaliação aos Sistemas de Gestão da Finanças Públicas (PEFA), Avaliação da Gestão do Investimento Público (PIMA) e do Sistema de Compras Públicas (MAPS), de 2019, de 2021 e de 2023, foram identificadas as insuficiências e omissões que tornavam o sistema burocrático, pouco concorrencial e transparente e, desde modo, mais permeável à corrupção. Foi neste esteio que se evidenciaram as debilidades do sistema, desde as omissões de regulação, as mais iminentes necessidades de capacitação dos agentes, de organização e controlo das entidades que efectuam aquisições públicas, bem como, as necessidades mais complexas, não descurando a nova era tecnológica que impõe e necessidade de utilização massiva das novas tecnologias na contratação pública. A análise SWOT⁷ (Microambiente) incidu sobre o SNCP, foi voltada a 4 pilares fundamentais, designadamente, legal e regulatório, institucional e capacidade de gestão, operações de contratação e práticas de mercado e a integridade e transparência do sistema, foram verificados para cada um destes pilares, as fortalezas, fraquezas, ameaças e oportunidades. A análise PESTLE⁸ (Macro Ambiente), efectuada, ao macrossistema ou ambiente externo como sistema, incluindo subsistemas como política, economia, sociedade, tecnologia, legal e ambiental.

⁶ Ver informação na Edição BICPA 25, referente ao 3.º Trimestre de 2024

⁷ Na análise SWOT (também conhecida em português como FOFA) é uma técnica usada para identificar forças, oportunidades, fraquezas e ameaças com o intuito de desenvolver um plano estratégico.

⁸ Análise PESTLE é uma metodologia usada para avaliar o mercado externo à empresa, a partir da observação de diversos fatores. PESTLE é um acrónimo para Political (P), Economic (E), Socio-Cultural (S), Technological (T), Environmental (E) and legal (L).

No que diz respeito as outras actividades do SNCP, destacam-se:

Formações

No ano 2024, foram realizadas 90 (noventa) acções formativas, sendo 12 (doze) ministradas exclusivamente pelo Serviço Nacional da Contratação Pública e 78 (setenta e oito) no âmbito da Academia da Contratação Pública, com um total de 3 875 (três mil e oitocentos e setenta e cinco) formandos, sendo 2 108 (dois mil e cento e oito) do sexo masculino e 1 767 (mil e setecentos e sessenta e sete) do sexo feminino.

Pareceres

No ano 2024, foram emitidos 309 (trezentos e nove) pareceres sobre assuntos diferenciados, destacando-se (i) a revisão de preços, (ii) os reequilíbrios económico-financeiro dos contratos e (iii) as rescisões contratuais.

Acompanhamento aos Sectores

O SNCP recebeu 392 (trezentos e noventa e duas) EPC e 267 (duzentos e sessenta e sete) fornecedores do Estado, para esclarecimentos sobre diversas questões, com realce para (i) o suporte e esclarecimento sobre o funcionamento da Comissão de Avaliação no SNCPE, (ii) suporte ao Leilão Electrónico no Portal, (iii) suporte às peças do procedimento, (iv) suporte à renovação do Certificado de Fornecedor do Estado, (v) esclarecimento sobre as peças, (vi) esclarecimento e suporte com o campo dos documentos obrigatórios, (vii) suporte para obter os documentos disponibilizados na plataforma de compras públicas, (viii) suporte com contas estrangeiras, (ix) suporte ao cadastro no portal de compras públicas e (x) esclarecimento e suporte nos PDE.

Denúncias e Impugnações

Durante o período em análise, o SNCP recepcionou 6 (seis) denúncias relacionadas com a existência de potencial improbidade e 14 (catorze) impugnações relacionadas com o conteúdo do relatório preliminar e violação do caderno de encargos.

Análise da Conformidade Procedimental

Durante o período, o SNCP verificou a conformidade dos Procedimentos de Contratação Pública com a realização de 14 (catorze) Auditorias, inseridas no Plano Anual de Auditoria.

No âmbito das referidas Auditorias, foram detectadas, entre outras, as seguintes inconformidades: (i) despesa sujeita à contratação pública executada sem ter sido despoletado um Procedimento de Contratação Pública; (ii) ausência dos Despachos sobre a decisão de contratar, de nomeação da comissão de avaliação em alguns

RACPA - 8.ª Edição/2024

procedimentos, e nomeação da comissão de avaliação sem a observância do número de membros exigidos; (iii) ausência de peças de procedimento; (iv) tramitação errada dos procedimentos; (v) ausência do PAC; (vi) ausência de facturas; (vii) ausência de documentos de habilitação e propostas; (viii) ausência de cláusulas sobre a cabimentação orçamental em que venha a constar, obrigatoriamente, a classificação funcional programática nos contratos; (ix) má catalogação dos processos; (x) pagamentos em excesso na execução dos contratos, extrapolando assim o valor contratual previamente estipulado; (xi) facturas sem o cumprimento do estipulado no RJFDE; (xii) Má classificação da despesa e (xiv) ausência de comprovativos de entrega de bens e relatórios de prestação de serviços.

Acompanhamento da Implementação das UCP

No ano em análise, foram implementadas mais 5 (cinco) UCP, perfazendo um total de 193 UCP implementadas.

TABELA 7- UNIDADES DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA IMPLEMENTADA/2024

Nº	UNIDADES DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA IMPLEMENTADAS
1	Administração Municipal da Chibia
2	Administração Municipal de Cameia
3	Administração Municipal do Quimbele
4	Instituto Hematológico Pediátrico Dra. Victória do Espírito Santo
5	Serviço de Tecnologias de Informação e Comunicação das Finanças Públicas

Fonte: SNCP

Fornecedores Certificados no Portal da Contratação Pública

Visando facilitar e simplificar a apresentação dos documentos de habilitação por parte dos fornecedores, está instituída a certificação de fornecedores, como intervenientes no processo de Contratação Pública. Trata-se de um método centralizado de recolha de informação sobre empreiteiros, fornecedores de bens e prestadores de serviços que pretendam celebrar contratos com quaisquer EPC.

Ao abrigo do seu artigo 59.º da LCP, a obrigatoriedade de apresentação dos documentos de habilitação recai apenas sobre o adjudicatário, sendo que a apresentação do documento comprovativo de certificação constitui documento bastante para o efeito.

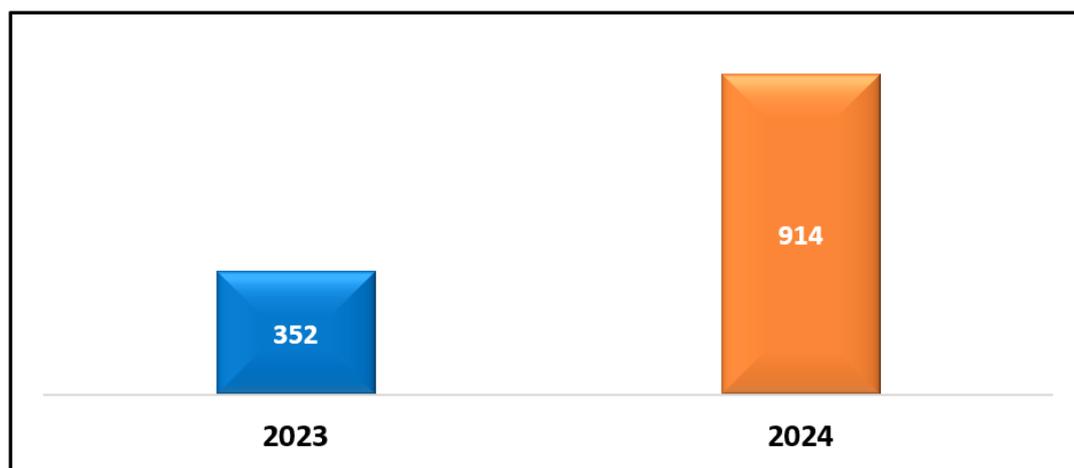
Importa realçar que, durante o período, houve alterações ao fluxo de certificação de fornecedores do Estado, cujos destaques prendem-se com a (i) unificação da fase de Registo de Fornecedor e o Cadastro, (ii) obrigatoriedade de Cadastro de fornecedor para participação em qualquer procedimento de contratação pública eletrónica, (iii) onerosidade do Cadastro de Fornecedor e (iv) maior exigência nos requisitos documentais para o Cadastro de fornecedor.

RACPA - 8.ª Edição/2024

Em consequência do Cadastro de Fornecedor, é emitido o Certificado de Cadastro e o Fornecedor beneficia de uma formação sobre Contratação Pública Electrónica.

Comparativamente ao ano 2023, no período em análise, verificou-se um aumento de em 160% (+562) dos fornecedores certificados.

FIGURA 15 - FORNECEDORES CERTIFICADOS NO PORTAL DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA/ 2023 VS 2024



Fonte: SNCP

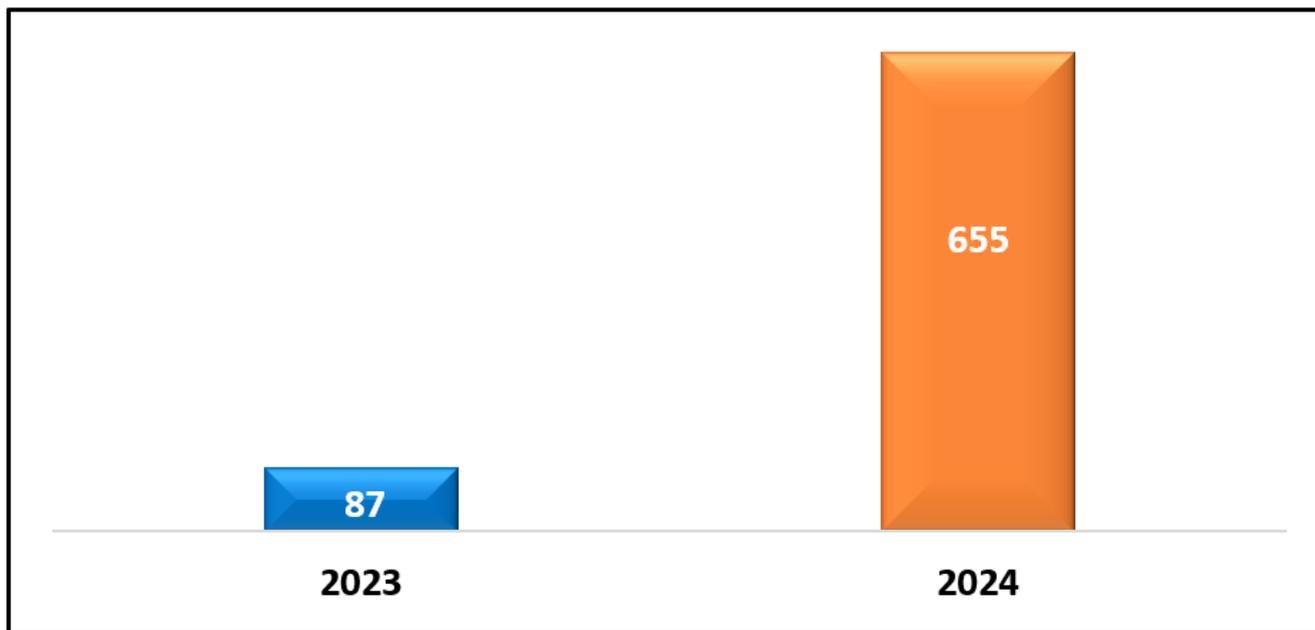
PAC Publicados no Portal da Contratação Pública

O PAC é um instrumento de gestão que visa objectivar o processo de identificação das necessidades aquisitivas e de contratação das EPC, no qual se indicam as contratações e contratos previstos para executar no exercício económico subsequente.

Nesta conformidade, as EPC devem observar rigorosamente o seguinte: (i) elaborar e enviar o PAC ao SNCP, nos termos do artigo 442.º da LCP e (ii) fazer constar do PAC todos contratos públicos para efectivação de despesas (bens, serviços e empreitadas de obras públicas), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto Presidencial n.º 1/24, de 02 de Janeiro, que aprova as Regras de Execução do Orçamento Geral do Estado para o Exercício Económico de 2024.

No ano em análise, foram publicados 655 PAC, representado um aumento de 650% em relação ao ano de 2023, com 87 PAC publicados.

FIGURA 16 - PLANO ANUAL DE COMPRAS PÚBLICAS/ 2023 VS 2024



Fonte: SNCP

Contratos Registados no SGC

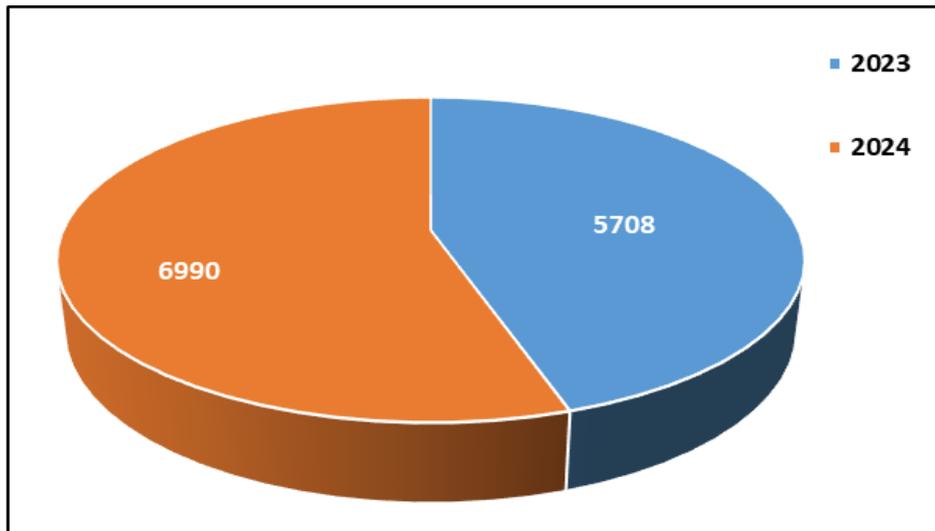
O SGC resulta da necessidade de criação de um repositório único para o registo de todos os contratos e a respectiva informação de uma forma organizada e de acesso facilitado.

O SGC é operado no SIGFE e visa: i) registar a informação relativa à formação e execução de contratos; ii) permitir o acompanhamento e extracção de informações sobre a formação e execução orçamental e financeira de contratos pelos serviços de inspecção, fiscalização e auditoria e iii) assegurar uma gestão eficiente e transparente do ciclo de vida dos contratos públicos pelas EPC.

Espera-se que a implementação do SGC proporcione maior transparência e controlo da execução da despesa e dos contratos públicos, de modo a atenuar ou sanar as insuficiências subsistentes, com efeitos na melhoria da qualidade dos gastos públicos.

No ano em análise, foram registados 6 990 contratos no SGC, representado mais 22% em relação ao ano de 2023, com 5 708 contratos registados.

FIGURA 17 - CONTRATOS REGISTRADOS NO SGC 2023 VS 2024



Fonte: SNCP

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de 2024, tal como o de 2023, foi marcado por diversas restrições financeiras, o que gerou um abrandamento no volume de despesas realizadas pelas EPC, contudo, evidenciou avanços significativos na consolidação do Sistema Nacional da Contratação Pública, com um notável crescimento de 247% no número de Procedimentos de Contratação Pública (PCP) registados, face ao ano anterior, totalizando 4 389 procedimentos.

Este crescimento reflete o esforço do Serviço Nacional da Contratação Pública (SNCP) na massificação da comunicação de procedimentos, bem como na promoção de uma cultura de maior rigor, transparência e responsabilidade por parte das Entidades Públicas Contratantes (EPC).

Apesar deste progresso, os dados revelam que os procedimentos fechados, como a Contratação Simplificada (CS), continuam a dominar o panorama nacional (67%), em detrimento dos procedimentos abertos e concorrenciais, o que limita a competitividade e a possibilidade de se alcançar melhores condições de contratação. Assim, no contexto actual, destaca-se a necessidade urgente de se ampliar a utilização dos procedimentos electrónicos, através do Sistema Nacional de Contratação Pública Electrónica (SNCP-E).

O SNCP-E tem-se afirmado como uma ferramenta essencial para assegurar maior transparência, equidade e eficiência, promovendo um ambiente contratual mais justo e menos vulnerável a práticas indevidas. Em 2024, o SNCP-E gerou uma poupança de KZ 33 559 milhões, representando 7% do valor estimado, o que reforça a sua eficácia em comparação com os métodos tradicionais.

A massificação do uso do SNCP-E, aliada à obrigatoriedade de utilização do Portal da Contratação Pública para divulgação e reporte, é uma prioridade estratégica constante do PECPA 2024-2028, uma vez que, a contratação electrónica, representa não apenas uma evolução tecnológica, mas um compromisso institucional com a boa governação, visando assegurar a integridade, a eficiência e a qualidade da despesa pública.

As despesas realizadas nas rubricas sujeitas à LCP, movimentaram cerca de KZ 6 181 mil milhões, equivalente a 25% do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2024, o que reforça a relevância estratégica da contratação pública na economia nacional. Todavia, apenas 8% deste valor foi efectivamente reportado ao SNCP, sinalizando a necessidade de melhoria na articulação interinstitucional e no cumprimento das obrigações legais por parte das EPC.

O ano também foi marcado por importantes iniciativas do SNCP no plano nacional e internacional, tais como:

- A realização da 8.ª Semana da Contratação Pública, sob o lema “O Papel do SNCP na Regulação e Fiscalização para a Melhoria Contínua da Despesa Pública”;
- A participação na 4.ª Assembleia Geral da Rede Africana de Contratação Pública (APPN); e

RACPA - 8.ª Edição/2024

- A aprovação do Plano Estratégico da Contratação Pública 2024–2028.

Por fim, o SNCP reafirma o seu compromisso com a excelência, modernização e integridade da contratação pública, de modo a assegurar a sã concorrência e uma gestão mais eficiente dos recursos do Estado.

ANEXO: LEGISLAÇÃO RELEVANTE SOBRE A CONTRATAÇÃO PÚBLICA – 2024

Lei n.º 18/24, 30 de Dezembro

Aprova o Orçamento Geral do Estado para o Exercício Económico do ano de 2025

D.P n.º 1/24, 02 de Janeiro

Aprova as Regras de Execução do Orçamento Geral do Estado para o Exercício Económico de 2024

D.P n.º 250/24, 13 de Novembro

Aprova o Plano Estratégico da Contratação Pública Angolana (PECPA) 2024 - 2028

2024